



Opinião Econômica

Solange Srour

Economista-chefe do
Credit Suisse Brasil



Até quando consumo forte e investimento fraco vão conviver?

São desafios para um crescimento sustentável com inflação controlada

O desempenho da economia tem surpreendido de forma positiva. As projeções para o crescimento do PIB em 2024, segundo a pesquisa Focus, do Banco Central, começaram o ano em 1,6% e alcançaram 2,05% na revisão mais recente.

No entanto, essa robustez esconde duas realidades distintas: de um lado, um forte consumo das famílias, e, de outro, um investimento em ritmo lento. Ao que tudo indica, neste ano repetiremos a composição desigual de 2022 e 2023, quando o PIB cresceu 2,9% e 3,0%, respectivamente, impulsionado pelo consumo das famílias, que avançou 4,1% e 3,1%, respectivamente, enquanto o investimento acelerou apenas 1,1% em 2022 e recuou 3% em 2023.

Tal diferença nos diz muito sobre o desafio de alcançar um crescimento sustentável com inflação controlada.

Neste ano, o consumo vem sendo sustentado por estímulos fiscais, pelo mercado de trabalho aquecido e pelas condições de crédito mais favoráveis, em resposta

ao ciclo de afrouxamento monetário em curso.

Já o investimento, que deveria se beneficiar de taxas de juros mais baixas e de sua própria base deprimida, não tem apresentado um comportamento positivo. As taxas de juros que afetam o investimento são as de longo prazo, influenciadas por diversos fatores, além da Selic, e, em particular, pela política fiscal.

Não à toa os investidores têm demandado um prêmio de risco maior para carregar títulos públicos.

Em menos de um ano de vigência do novo arcabouço fiscal, já presenciamos a reinterpretação do limite de contingenciamento, a manobra para antecipar um dispêndio extra de até R\$ 15,7 bilhões e a mudança das metas a partir 2025. Além disso, o avanço das despesas previdenciárias e assistenciais atreladas ao salário mínimo e a volta dos pisos da Educação e da Saúde certamente inviabilizarão os gastos discricionários em breve.

Nesse contexto, a discussão sobre a flexibilização do limite de gastos restrito ao intervalo de 0,6% a 2,5% de crescimento real parece inevitável. De acordo com as estimativas da Instituição Fiscal Independente, a DBGG (Dívida Bruta do Governo Geral) deve encerrar 2024 no nível de 77,6% do PIB e subir para 80,1% do PIB em 2025.

Se esse valor se estabilizar em 2026 (hipótese bastante otimista), a alta da relação dívida/PIB será de quase nove pontos percentuais em um único mandato presidencial (sem considerar os efeitos fiscais da tragédia no Rio Grande do Sul). Quando o crescimento da dívida é tal que aumenta a incerteza sobre sua sustentabilidade, as expectativas de inflação se elevam, pressionando ainda mais as taxas de juros.

E não é apenas a influência das taxas mais altas no custo de financiamento que afasta os investimentos. A solução encontrada para limitar os déficits primários foi o aumento da carga tributária. Impostos costumam distorcer a

alocação de recursos na economia, principalmente quando a carga tributária já é alta.

Concomitantemente, mudanças de leis tributárias e revisão da interpretação de regras antigas geram um ambiente de negócios negativo. Se, por um lado, aprovamos uma reforma sobre a taxa de consumo que pode trazer um sistema menos caótico, por outro, pioramos a insegurança jurídica no país.

A apreensão com o retorno do intervencionismo nas empresas estatais e privadas, combinada com a falta de independência das agências reguladoras para gerir setores críticos como o de infraestrutura, preocupa.

Leis aprovadas pelo Congresso são colocadas em xeque e têm seus efeitos suspensos, enquanto o regulador antitruste revê suas próprias decisões pró-concorrência, intensificando a sensação de incerteza, inclusive sobre o nosso passado.

Investimentos também se retraem quando a estabilidade de preços é questionada. A dissidên-

cia na mais recente reunião do Comitê de Política Monetária e as justificativas expostas lançaram dúvidas sobre a sua atuação a partir de 2025, quando o governo terá indicado a maioria de seus membros.

O desconforto com a meta de 3% voltou a aparecer, enquanto o decreto de regulamentação da proposta de torná-la contínua não parece ser prioridade. Em paralelo, as expectativas de inflação voltaram a subir, dificultando ainda mais a tarefa de trazer a inflação para a meta.

A grande crise econômica de 2014 a 2016 foi gerada justamente pela ideia de que, ao estimular o consumo a qualquer custo, o investimento responderia positivamente. O resultado foi uma queda no consumo de 3,2% em 2015 e de 3,8% em 2016, com IPCA de 10,7% e 6,3%, respectivamente.

Se as estratégias que temos visto persistirem, resta saber por quanto tempo esses dois Brasis o do consumo forte e do investimento fraco vão conviver.

É hora da sua empresa focar no RECOMEÇO.

Solicite o

Pronampe Solidário RS

no Banrisul e comece a pagar depois de um ano.



SAC 0800 646 1515 Ouvidoria 0800 644 2200

Saiba mais em
banrisul.com.br/reconstruir

banrisul
empresas

Mercado Livre adota medidas para ajudar vendedores da plataforma no RS

/CLIMA

A gigante argentina e líder do e-commerce na América do Sul, Mercado Livre (ML), lançou um pacote de medidas para vendedores, os chamados sellers, que usam a plataforma no Rio Grande do Sul, para reduzir impactos das inundações para esses empreendedores.

Muitos foram afetados pelas cheias, comprometendo a atividades em pontos físicos, ou foram prejudicados por suspensões de vendas e entregas pela plataforma em maio devido a dificuldades para fazer a operação logística. O ML retomou na semana passada o despacho de encomendas e comer-

cialização pelo marketplace para o Estado.

Após a retomada do fluxo de saída de encomendas no centro de distribuição em Sapucaia do Sul, a companhia comunicou, em nota, que dará desconto de 15% na comissão paga ao e-commerce pelos sellers, mais visibilidade a produtos na página principal do canal digital e condições na operação em centros de distribuição. A plataforma não divulga o número de vendedores com base no território gaúcho cadastrados no e-commerce. As medidas vão durar dois meses. O ML explica que na página de entrada (home) os usuários serão direcionados para produtos origi-

nários do Estado, por meio de uma tag que vai facilitar a localização de mercadorias no marketplace.

Em nota, a plataforma diz que os vendedores gaúchos terão bonificações em Product Ads (ferramentas de publicidade digital) de R\$ 500 este mês. Penalizações foram congeladas no Fulfillment e houve liberação de mais espaço para armazenamento nos centros de distribuição aos vendedores do Rio Grande do Sul. Outra ação é o congelamento da reputação dos sellers "para que não sofram com avaliações negativas ao longo do último mês", explica a plataforma.

O Mercado Pago, que integra o ML, está dando desconto de 1%



Pacote abrange comissão, destaque no marketplace e espaço em CD

(o normal é 3,5%) na antecipação de recebíveis e "melhores condições de negociação de créditos ativos", diz a companhia. Outra ação envolve descontos na comissão de Mercadoshop, plataforma de lojas virtuais do Meli, para empreendedores do Rio Grande do Sul. A companhia diz que voltou a coletar pacotes dos vendedores em 97% das regiões e fazer entregas em 95% das áreas de cobertura. As vendas para o Estado também voltaram,

mas ainda não são para todo o território. A companhia diz que reavalia diariamente as condições das vias e acessos para restabelecer em 100% a comercialização.

"É de fundamental importância prestar o maior apoio possível aos nossos vendedores, colaboradores e população em geral para mitigar o impacto econômico na região", comenta, na nota, a vice-presidente de Marketplace do Mercado Livre, Julia Rueff.